

Resolução 1

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
- 7.
- 8.
- 9.
- 10.
- 11.
- 12.
- 13.
- 14.
- 15.
- 16.
- 17.
- 18.
- 19.
- 20.
- 21.
- 22.
- 23.
- 24.
- 25.
- 26.
- 27.
- 28.
- 29.
- 30.
- 31.
- 32.
- 33.
- 34.
- 35.
- 36.
- 37.
- 38.
- 39.
- 40.
- 41.
- 42.
- 43.
- 44.
- 45.
- 46.
- 47.
- 48.

Conjunturas internacional, nacional e local

Avaliando do ponto de vista internacional, vivemos momentos difíceis e muito complicados, fruto da pandemia, da dificuldade de vacinação e do começo dela. O avanço em nível internacional da direita em muitos lugares no mundo deixa claro essa situação de espectro fascista, ressuscitando valores conservadores e antidemocráticos vivos e presentes.

A questão palestina é fruto desse processo conservador dominante. O povo palestino é perseguido, assassinado, explorado em sua própria terra, escravizado, extremamente isolado, tendo sua terra cada vez mais diminuída. A eleição de Joe Biden, nos Estados Unidos, foi só um fio de esperança pela defesa da democracia que ficou no papel; o que acontece é exatamente o contrário: o que se vê é o imperialismo se ampliando.

A questão iraniana, o não-respeito à autonomia do povo e do Estado, o país Persa, a sua forma de pensar e de se organizar, sofre a perseguição do Estado sionista e do imperialismo americano.

Observa-se essa conjuntura internacional preocupante também na Venezuela, que enfrenta um fechamento econômico, destruindo sua economia e sua autonomia.

A ascensão de governos autoritários, como no Brasil e em muitos locais no mundo, colocou em evidência o lado autoritário e fascista, relembrando o nazifascismo da segunda Guerra Mundial.

Em nossa América Latina, começamos a encontrar os novos ventos da democracia e o retorno ao poder da esquerda, como a vitória no Chile, no Peru, na Colômbia.

Precisamos, no Brasil e no mundo, estabelecer a autonomia dos povos e a ampliação da democracia, com relações pautadas pelos direitos humanos, pelo fim da discriminação e do preconceito e pela carta da ONU, dos direitos e da democracia, em nível internacional.

Derrotar o projeto fascista e autoritário torna-se imprescindível para a salvação da democracia. É preciso recolocar o Brasil nos trilhos da democracia. É preciso projetá-lo em seu lugar no mundo, na defesa da democracia e dos direitos e igualdade. É preciso combater o autoritarismo e fortalecer a democracia, o multilateralismo no mundo e seus organismos internacionais.

Salve o Brasil e a democracia! Fora fascismo e autoritarismo.

Defesa da educação pública gratuita, de qualidade, laica e socialmente referenciada
Pensar na educação pública no Brasil hoje é um verdadeiro desafio a tudo aquilo conquistado e transformado nos últimos anos no país. É pensar na defesa da educação pública em torno do pensamento freiriano.

De que forma podemos avançar em termos de educação pública, que vive um ataque sem precedentes desde o golpe midiático-jurídico de 2016?



- 1.
2. Precisamos fortalecer a Gestão Democrática como um dos pilares da educação pública em
3. nosso país, e termos o Fundeb.
- 4.
5. A Reforma do Ensino Médio coloca a escola pública com um retrocesso que remonta à Lei nº
6. 5.692 da década de 1970. Ou seja, voltamos no tempo. Avaliar a Reforma do Ensino Médio passa
7. por uma revisão ou uma revogação total, tendo em vista a falta de estrutura, de condições de
8. trabalho, de avaliação das reais condições e estruturas das escolas públicas nacionalmente.
- 9.
10. Faz-se necessário a valorização do Magistério Público em nível estadual, municipal e federal.
11. Essa valorização passa pela Meta 17 do PNE, que discute e busca equiparação com as outras
12. carreiras de nível superior no serviço público.
- 13.
14. O processo de militarização das escolas públicas no Brasil é um dos maiores retrocessos histó-
15. ricos em termos de intervenção na escola pública, diante da filosofia autoritária e militarizada.
- 16.
17. É preciso derrotar o projeto fascista e miliciano que dirige o Brasil para avançar nas políticas
18. públicas para a educação e restabelecer com a sociedade uma escola democrática, laica, inclu-
19. siva e participativa de/e para todas, todos e todes.
- 20.
21. O projeto de país deve passar por uma escola pública forte, democrática e representativa,
22. para derrotar entulhos autoritários como a militarização, o homeschooling, a Reforma do
23. Ensino Médio, o processo de terceirização e a não realização de concursos públicos.
- 24.
25. Todo esse desmonte da educação passa por um processo arquitetado e silencioso de destrui-
26. ção das carreiras no magistério público. O nosso grande desafio é VALORIZAR E DEFENDER
27. A ESCOLA PÚBLICA para recolocar nosso país e as futuras gerações no processo de defesa
28. e valorização dessa escola em todos os níveis.
- 29.
30. Em Defesa da Educação Pública Gratuita de Qualidade Laica e socialmente Justa!
31. Salve Paulo Freire!
- 32.
- 33.
34. **Proponente: Antonio Ahmad Yusuf Dames**
35. **Matrícula 22.777-3**
- 36.
- 37.
- 38.
- 39.
- 40.
- 41.
- 42.
- 43.
- 44.
- 45.
- 46.
- 47.
- 48.

Resolução 2

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
- 7.
- 8.
- 9.
- 10.
- 11.
- 12.
- 13.
- 14.
- 15.
- 16.
- 17.
- 18.
- 19.
- 20.
- 21.
- 22.
- 23.
- 24.
- 25.
- 26.
- 27.
- 28.
- 29.
- 30.
- 31.
- 32.
- 33.
- 34.
- 35.
- 36.
- 37.
- 38.
- 39.
- 40.
- 41.
- 42.
- 43.
- 44.
- 45.
- 46.
- 47.
- 48.

Contra a obrigatoriedade do registro no CREF para atuação na escola

Tema 4 - Plano de Lutas

Tese: “Contra a obrigatoriedade de pagamento do Conselho profissional para professores da educação formal: tira a mão do meu salário. Fora CONFEF/CREF da escola!”

No ano de 1998, o sistema CONFEF/CREF foi criado com o intuito de regulamentar a atividade profissional de trabalhadores da área não escolar, tendo em vista que professores de educação física da educação formal, fossem eles da educação básica ou superior, já tinham a atividade profissional regulamentada pelos conselhos estaduais, municipais e distritais de educação, bem como pelo Ministério da Educação.

Entretanto, desde então, o sistema CONFEF/CREF faz tentativas de exorbitar sua competência, ingerindo na atuação docente de professores de educação física de todo o Brasil, atuando de forma policialesca, constrangendo, perseguindo, coagindo docentes a pagar taxas de filiação ao conselho e judicializando a disputa.

No Distrito Federal, desde 2013, o sistema CONFEF/CREF obriga, via liminar na justiça, os novos professores - com diplomas de licenciados em educação física - temporários e efetivos, aprovados em concurso público, a pagar a taxa de filiação ao conselho para que possam tomar posse nos seus respectivos cargos.

Em 2021, por conta de um vício de origem, começou a tramitar no Congresso Nacional o PL2486/2021, com o intuito de corrigir o problema de formulação da lei que deu origem ao sistema CONFEF/CREF. Diante dessa situação, o Sinpro-DF, juntamente com o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), protagonizou uma grande articulação nacional com entidades que há 24 anos lutavam contra as ingerências do Conselho Federal de Educação Física na educação formal, com o objetivo de incluir uma emenda ao referido PL, que tornasse a filiação ao conselho facultativa aos profissionais da educação.

Dessa forma, o Sinpro-DF, o CBCE, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino (CONTEE), o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), entre outras entidades, conseguiram, por meio de grande mobilização e em articulação ao senador Paulo Paim, uma audiência pública na CAS do Senado Federal, quando foram escancaradas o quão obtusos e anacrônicos eram os argumentos do sistema CONFEF/CREF para justificar a obrigatoriedade de filiação para atuação na educação formal.

Porém, se utilizando de mentiras, manobras e subterfúgios antidemocráticos, o sistema CONFEF/CREF obteve maioria e conseguiu a aprovação do PL2486/2021 sem a emenda proposta pelo conjunto das entidades, apresentada pelo senador Paulo Paim.

Diante desse cenário e por entender que o referido episódio abre um precedente perigoso



1. para as demais áreas do conhecimento e disciplinas escolares no sentido de possibilitar que
2. outros conselhos cometam ingerências na educação formal, propomos:
- 3.
4. • Que a plenária do CTE aprove a posição contrária à arbitrariedade do Sistema CONFED /
5. CREF em insistir na ingerência na educação formal;
- 6.
7. • Dar continuidade às ações políticas, jurídicas e de formação em conjunto com as entidades
8. que historicamente lutam contra as ingerências do sistema CONFED/CREF.
- 9.
10. Cabe ressaltar que essa pauta é fruto de uma luta histórica no interior deste congresso, onde
11. foram discutidas teses na mesma direção nas últimas três edições do CTE e nos Seminário de
12. Educação Física Escolar do Sinpro-DF/CBCE-DF de 2009, 2014 e 2018.
- 13.
14. Por agora, e como expressão de resistência, fiquemos com o lema de nossa luta contra a inge-
15. rência do conselho: FORA CREF DAS ESCOLAS!
- 16.
- 17.

18. **Proponente: Professor Victor Bernardes de Souza**

- 19.
- 20.
- 21.
- 22.
- 23.
- 24.
- 25.
- 26.
- 27.
- 28.
- 29.
- 30.
- 31.
- 32.
- 33.
- 34.
- 35.
- 36.
- 37.
- 38.
- 39.
- 40.
- 41.
- 42.
- 43.

- 44.
- 45.
- 46.
- 47.
- 48.

Resolução 3

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
- 7.
- 8.
- 9.
- 10.
- 11.
- 12.
- 13.
- 14.
- 15.
- 16.
- 17.
- 18.
- 19.
- 20.
- 21.
- 22.
- 23.
- 24.
- 25.
- 26.
- 27.
- 28.
- 29.
- 30.
- 31.
- 32.
- 33.
- 34.
- 35.
- 36.
- 37.
- 38.
- 39.
- 40.
- 41.
- 42.
- 43.
- 44.
- 45.
- 46.
- 47.
- 48.

Emenda aditiva ao Eixo 3:

Precarização da profissão docente: contratos temporários, informalidade e plataforma

Diversas funções educativas já sofrem os impactos das terceirizações, em que o Estado contrata empresas prestadoras de serviço (Organizações Sociais) como intermediárias entre ele e o trabalhador, que perderá parte significativa de seu vencimento (e de seus direitos) para garantir o lucro dessas empresas.

Na rede pública de educação do DF não é diferente. Merendeiras, agentes de portaria, de limpeza e segurança (atividades conhecidas como atividades-meio) majoritariamente já estampam, há anos, a marca de uma empresa privada em seus uniformes e, recentemente, o setor privado avança também sobre a profissão professor(a).

O golpe jurídico-midiático-parlamentar orquestrado por setores da elite local e internacional, em 2016, além de derrubar da cadeira presidencial a primeira mulher presidenta eleita democraticamente por 54 milhões de votos, acabou (conforme denunciava Dilma Rousseff) por colocar em marcha um acelerado golpe contra o povo e contra a nação, retirando direitos dos trabalhadores para aumentar o lucro do setor privado, especialmente da educação.

Esses setores não tardaram em implementar, a toque de caixa, graves (contra)reformas empresariais: como a terceirização das atividades-fim (docência), a (contra)reforma do ensino médio e a (contra)reforma trabalhista. Essa última inseriu o Brasil na lista dos 24 casos mais graves de violações de convenções trabalhistas internacionais da OIT e criou o chamado contrato intermitente, uma verdadeira aberração trabalhista que já atinge diversos docentes contratados somente por determinadas horas do dia no estado de São Paulo.

Hoje, segundo o Censo Escolar 2021, 32,38% dos professores da Secretaria de Educação do DF vivem a incerteza da contratação temporária (11.250 em fevereiro de 2022), o que representa 21,44% de todos os trabalhadores em educação. Dois de cada cinco trabalhadores em educação da rede pública do DF são informais, não têm estabilidade e nem proteção trabalhista no serviço público.

Contrato temporário, problemas permanentes

Os professores substitutos do DF vivem a incerteza de não saber se estarão vinculados à Secretaria de Educação ao final de cada mês. São contratados por uma plataforma, o sistema Khronos, e devem acompanhá-la diversas vezes ao dia, na expectativa de serem chamados para assumir turmas no dia seguinte.



1. Os erros de pagamento desses profissionais são frequentes, e apesar de contribuírem para o
2. INSS, não têm a garantia de aposentadoria, em especial agora, após a reforma da Previdência.
3. Sequer contam com o direito de tratar de sua saúde, já que quando adoecem, têm garantidos
4. apenas 15 dias de sua remuneração, sendo obrigados a recorrer à longa fila da perícia do INSS,
5. ainda sem garantia de pagamento.

6.
7. Os mesmos problemas que atingem os profissionais efetivos recaem sobre este segmento,
8. mas de forma mais severa. Por isso, é fundamental que as contratações para suprir as licenças
9. previstas na legislação aconteçam de forma a resguardar direitos mínimos a essa parcela cada
10. vez maior em nossa rede de ensino.

11.
12. Essa parcela significativa no labor docente não goza, por exemplo, das férias remuneradas que
13. todos os trabalhadores efetivos têm garantido. Recebem apenas uma indenização de férias
14. por não gozar deste direito constitucional para, assim, serem demitidos e têm seus contratos
15. reiniciados logo que chega o período das férias escolares. Essa indenização, inclusive, foi reti-
16. rada em decisão do STF (bem como o pagamento de 13º salário), a trabalhadores com con-
17. tratos temporários de trabalho. São profissionais que, apesar de exercerem a mesma função
18. na prática da docência escolar, não descansam nunca. Enquanto o restante da categoria goza
19. de férias coletivas, esse é o período de estudos e preparação para o próximo processo sele-
20. tivo, já que não existe, de forma deliberada por parte do governo, concurso público para suprir
21. as vagas necessárias.

22.
23. A principal bandeira para frear esses avanços do setor privatista da educação é o concurso
24. público forte, transparente, com quadro robusto de vagas, que supra aposentadorias, vacâncias
25. e exonerações, sobretudo com a derrota da reforma Administrativa - PEC 32. Pelo fortaleci-
26. mento da carreira magistério público do DF!

27.
28.

29. **Emenda aditiva ao eixo 4:**

30. - Continuidade e fortalecimento do Coletivo de Professores em Contrato Temporário, bem
31. como de sua representação na Diretoria Colegiada do sindicato;

32.

33. - Política de formação para os professores substitutos: cursinho preparatório para processos
34. seletivos simplificados (PSS) e concursos públicos;

35.

36. - Derrotar a (contra)reforma Administrativa (PEC 32) de Guedes e Bolsonaro.

37.

38.

39. **Proponente: Professora Carolina Moniz**

40.

41.

42.

43.

44.

45.

46.

47.

48.

Resolução 4

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
- 7.
- 8.
- 9.
- 10.
- 11.
- 12.
- 13.
- 14.
- 15.
- 16.
- 17.
- 18.
- 19.
- 20.
- 21.
- 22.
- 23.
- 24.
- 25.
- 26.
- 27.
- 28.
- 29.
- 30.
- 31.
- 32.
- 33.
- 34.
- 35.
- 36.
- 37.
- 38.
- 39.
- 40.
- 41.
- 42.
- 43.
- 44.
- 45.
- 46.
- 47.
- 48.

Resolução do VIII Encontro de Mulheres Educadoras Antonieta de Barros

A sociedade brasileira vivencia profundos retrocessos desde o golpe de Estado misógino e fascista de 2016. Golpe esse amparado em três instituições determinantes: o Supremo Tribunal Federal (STF), o Congresso Nacional e a mídia neoliberal. A partir de então, a classe trabalhadora brasileira e as instituições públicas seculares cuja função é assegurar a soberania do País sofreram vários ataques. Investidas cruéis na economia, nos costumes e nos direitos e garantias trabalhistas que impactaram profundamente a vida das mulheres trabalhadoras. Medidas hostis às mulheres que não cessam nem agora, às vésperas do processo eleitoral.

Dos 12 milhões de desempregados, 6,5 milhões são mulheres, segundo última pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Isso significa que nós, mulheres, somos a maioria dos desempregados do País, e que menos da metade das brasileiras em idade de trabalhar tem trabalho ou emprego. A taxa de desocupação dos homens está em 9%, e a das mulheres, em 13,9%. Segundo dados do IBGE, quase metade dos lares brasileiros são sustentados por mulheres. Nesse sentido, precarizar a vida das mulheres é punir toda a família.

Viver no Brasil sendo mulher é conviver, inclusive, com o risco da morte. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram tristes situações sobre feminicídios no Brasil. Em 2020, primeiro ano da pandemia do novo coronavírus, houve crescimento desses crimes: a cada 6 horas e meia, uma mulher é morta. Um caso de estupro acontece a cada 8 minutos. A maioria das vítimas é do sexo feminino (86,9%), sendo mais de 60% menores de 13 anos de idade.

Os indicadores demonstram que, em momentos de crises, sejam econômicas, éticas, de saúde etc., as mulheres e meninas sofrem mais. É importante ressaltar que dentro da categoria “mulheres” as negras são as mais atingidas pelo desemprego e as que estão em piores condições no mundo do trabalho. Uma vez que o racismo se revela ainda mais numa sociedade de forte estrutura conservadora como a que se apresentou depois de 2016.

Na educação - adoecimento e solidão

A situação das trabalhadoras da educação não é tão diferente. O impacto dos ataques que se iniciaram com o golpe de Estado misógino de 2016 e sua política econômica privatista neoliberal somado à política negacionista da pandemia da Covid-19, ou seja, à não existência de uma política de saúde pública de combate eficaz à pandemia, gerou saldo negativo para as mulheres trabalhadoras do setor da educação.

Na pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) com trabalhadoras da educação, em 2020, pôde-se constatar que a jornada se tornou mais extensa com o trabalho remoto: 82,4% das professoras relataram um aumento significativo nas horas de trabalho. “A sobrecarga de trabalho existiu porque alguns estudantes não tinham acesso à Internet e, por isso, tive de fazer dois tipos de planejamento: um que atendesse aos estudantes com acesso à Internet e, outro, que atendesse aos que não tinham acesso”, explica a professora Marcela Martins.



1. Outro ponto mencionado pelas educadoras foi a falta de delimitação de horários para o trabalho e/ou atendimento aos(às) estudantes. A dupla jornada, que antes acontecia em dois ou mais espaços, passou a acontecer nos limites do próprio lar.
- 2.
- 3.
- 4.
5. No Distrito Federal (DF), juntamente com o problema trabalhista criado pelo trabalho remoto, destaca-se a pressão pela realização da busca ativa que recaiu, integralmente, na responsabilidade da categoria, incidindo, majoritariamente, sobre o Serviço de Orientação Educacional (SOE) e sobre as professoras da Educação Infantil e Escolas Classe. A Secretaria de Estado da Educação (SEEDF) e o Governo do Distrito Federal (GDF) se eximiram da responsabilidade de instrumentalizar todos e todas para garantir uma busca eficiente. Não contrataram novos profissionais, não equiparam as escolas com a estrutura necessária para a realização dessa tarefa, como, por exemplo, a instalação de boa Internet, telefones institucionais, computadores novos etc. Em várias Regiões Administrativas (RA), como Ceilândia e Cidade Estrutural, fizeram ameaças e encerraram turnos de oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) por causa da evasão devido às não condições do estudante para o trabalho remoto e à necessidade de busca ativa, gerando ainda mais responsabilização para as professoras e orientadoras que já viviam o acúmulo das responsabilidades domésticas e profissionais ao mesmo tempo e espaço.
- 6.
- 7.
- 8.
- 9.
- 10.
- 11.
- 12.
- 13.
- 14.
- 15.
- 16.
- 17.
- 18.
19. Para avaliar como as profissionais da educação estavam se sentindo nesse momento, a pesquisa trouxe um bloco dedicado ao tema do adoecimento mental. Apenas 18% das participantes responderam estar tranquilas. As demais vivenciaram sentimentos como solidão, medo, insegurança, angústia e apreensão em relação à perda de direitos e garantias.
- 20.
- 21.
- 22.
- 23.
24. É preciso ressaltar que o Ensino Especial foi completamente desconsiderado pela SEE no trabalho remoto e também no retorno presencial. A falta de monitores e das condições para o atendimento e desenvolvimento desses estudantes têm se tornado um desafio para as unidades escolares e profissionais. O impacto social desse não atendimento vai desde o descumprimento do direito dos estudantes até o das mulheres, visto que a maioria das mães de pessoas com deficiência é solo, representando, contudo, mais indiferença do Estado em políticas para a realidade das mulheres e crianças.
- 25.
- 26.
- 27.
- 28.
- 29.
- 30.
- 31.
- 32.
33. **Militarização e a vida escolar das meninas e mulheres**
34. Diante de um quadro insustentável de 17 escolas militarizadas no Distrito Federal, avaliamos que essa prática é mais um acinte à vida escolar no critério gênero. Uma corporação majoritariamente masculina se unifica (mas acaba se sobrepondo) a uma gestão civil com metodologias de trabalho baseadas na intimidação e alicerçadas na força bruta, coerção, ameaça e outras formas de repressão e obscurantismos. Ou seja, a “didática” (está entre aspas porque é importante destacar que a ação dos militares dentro das escolas militarizadas jamais poderá ser denominada de “didática”, porque não tem nenhuma relação com esse ramo da educação) dos militares é inversa ao universo educacional, que é um espaço da construção democrática, coletiva, inclusiva, libertária, científica, dialógica e do respeito à diversidade.
- 35.
- 36.
- 37.
- 38.
- 39.
- 40.
- 41.
- 42.
- 43.
44. Esse antagonismo se revela na nossa categoria, majoritariamente feminina, que tem de lidar com as práticas machistas, perseguidoras e desrespeitosas, em que a força e a violência falam mais alto. Além de muito preocupante o fato de as meninas serem as que em maior número são levadas para a DCA (Delegacia da Criança a Adolescentes), segundo relatos nas escolas militarizadas.
- 45.
- 46.
- 47.
- 48.

1. Há anos, professores e professoras, orientadores e orientadoras usam do diálogo e projetos pedagógicos para uma cultura de paz nas escolas, e agora a polícia é colocada para atuar com instrumentos policiais com nossos meninos e meninas, que ficam à mercê da coerção e obediência degradante.

5.
6.

7. **Formação**

8. A formação hoje está profundamente alinhada com a política econômica neoliberal, fundamentalista neopentecostal, misógina, LGBTQIAfóbica, excludente em curso no País. Trata-se de uma situação imposta pelo golpe de Estado de 2016 e muito aprofundada pelo governo
11. Jair Bolsonaro, em que o Sinpro-DF se coloca, e sempre se posicionou, como instrumento de mudanças estruturais na concepção de educação de qualidade socialmente referenciada e no
13. fazer docente nessa perspectiva.

14.

15. Entendemos que os preconceitos estão enraizados em nossa sociedade e dão suporte à
16. manutenção das desigualdades sociais baseadas na classe (renda), no gênero, na raça, na deficiência etc. Para prosseguir com a tarefa de questionar as estruturas injustas, financiadas com
18. dinheiro público, defendemos como fundamental uma política de formação da categoria, que
19. tenha como princípios o feminismo, o antirracismo e o anticapacitismo. Porque a escola muda
20. pessoas e pessoas mudam o mundo. Se queremos uma sociedade mais justa, igualitária, equânime, sem violências e de oportunidades, precisamos fomentar uma formação que combata
22. todo preconceito e discriminação.

23.

24. Esse processo de formação tem de acontecer não apenas no ambiente sindical (como já acontece), mas também na própria estrutura da SEEDF, por meio das Coordenações Pedagógicas
26. das próprias escolas e na Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (EAPE), identificando e reconhecendo a EAPE como um imprescindível espaço de formação
28. continuada.

29.

30.

31. **Defesa das vítimas de assédio no ambiente escolar**

32. Defendemos também a proposta de que a comunidade escolar do DF construa um protocolo de atendimento às nossas estudantes vítimas de assédio dentro das escolas, a ser seguido
34. e estruturado pela SEE e unidades escolares. Várias situações de assédio acontecem e, muitas
35. vezes, as direções ou a própria categoria não sabem como proceder em relação a esses casos.
36. É preciso deixar evidente quais são as ações de proteção das vítimas contra as formas de violência
37. presentes nas escolas.

38.

39.

40. **Coletivo de Mulheres Educadoras**

41. Para ampliar nossa atuação, propomos um calendário mensal e regionalizado, utilizando a própria
42. Coordenação Pedagógica para promover a formação no ambiente escolar.

43.

44. Nesse sentido, fortalecemos o Coletivo das Mulheres Educadoras nas cidades para discutir as
45. questões concernentes à vida das mulheres, incluindo aí a vida das mulheres no mundo do trabalho.

46.

47.

48.



1. **Plano de Lutas**

2. 1. Lutar por uma formação continuada da categoria por meio da EAPE, que contemple os
3. princípios feministas, antirracistas, anticapacitistas para todos e todas as profissionais da edu-
4. cação do DF;
- 5.
6. 2. Reivindicar da SEEDF o compromisso na produção de materiais pedagógicos referenciados pela
7. comunidade escolar para a promoção de uma educação feminista, antirracista, anticapacitista;
- 8.
9. 3. Defender a criação de fóruns regionais dos e das profissionais de educação com o objetivo
10. de discutirmos a educação feminista, antirracista, anticapacitista;
- 11.
12. 4. Reivindicar que no Plano de Gestão dos e das candidatas à Direção Escolar contenha um
13. item específico sobre como será organizada a gestão para enfrentar os preconceitos e as dis-
14. criminações de gênero, raça, classe, capacitista, etc., no ambiente escolar;
- 15.
16. 5. Lutar para que a SEEDF crie um canal específico para receber denúncias de racismo, trans-
17. fobia, LGBTQIA+fobia, capacitismo, machismo e todos os outros tipos de discriminação, pre-
18. conceito e perseguição. E que esse canal tenha pessoal com formação em direitos humanos
19. para a realização da escuta sensível;
- 20.
21. 6. Lutar pela criação de comissões regionais compostas por representantes: da SEEDF, do
22. Conselho Tutelar, dos movimentos sociais e do Sinpro-DF, para intermediar e combater aos
23. casos de discriminações e preconceitos ocorridos nas escolas daquela regional;
- 24.
25. 7. Exigir a construção de Casas da Mulher Brasileira (com orçamento público já assegurado
26. nas Leis Orçamentárias Anuais) previstas para as RAs de Sobradinho, Recanto das Emas, São
27. Sebastião e Sol Nascente;
- 28.
29. 8. Defesa de programas de saúde que atendam com eficácia, eficiência e prontidão profissio-
30. nais da categoria com problemas de adoecimento mental, como o de fortalecimento da rede
31. de psicólogos do GDF e ampliação da oferta de terapias integrativas no DF.
- 32.
- 33.

34. **Plano de Lutas Políticas Educacionais**

35. 1. Exigir, na Estratégia de Matrícula, a redução de turma com base no critério dos(as) estudan-
36. tes especiais para todas as etapas da educação básica, incluindo aí o Ensino Fundamental 2 e
37. o Ensino Médio;
- 38.
39. 2. Defender o direito à aposentadoria especial dos e das pedagogas que trabalham na Equipe
40. de Apoio e Aprendizagem;
- 41.
42. 3. Lutar pela ampliação do número de Salas de Recursos na rede pública de ensino do DF, asse-
43. gurando a contratação de profissionais para essa sala;
- 44.
45. 4. Criar programas de acolhimento ao(à) estudante indígena ou estrangeiro que desconhece
46. a língua portuguesa;
- 47.
48. 5. Sobre a política inclusiva: determinar e instituir que o uso dos banheiros deve ser con-

1. forme a identidade de gênero. Lutar pela criação de banheiros para as pessoas não binárias.
2. Fazer um levantamento e ter sempre atualizados os dados do público estudantil que reivindica o uso do nome social. Nesse levantamento, é importante identificar a interseccionalidade de gênero, raça-etnia, condição social, deficiência, em conjunto com os dados referentes ao desempenho escolar;
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
7. 6. Reestruturação da SEEDF para rearticular a diretoria da SUBEB da Educação para e com direitos humanos, que coordenava a política educacional da diversidade, da Educação do Campo e do Ensino Especial.
- 8.
- 9.

10.

11.

12. **Proponente: XII Encontro de Mulheres Educadoras em 25 de junho de 2022**

13.

14.

15.

16.

17.

18.

19.

20.

21.

22.

23.

24.

25.

26.

27.

28.

29.

30.

31.

32.

33.

34.

35.

36.

37.

38.

39.

40.

41.

42.

43.

44.

45.

46.

47.

48.

